

## Segredo público e escola em contexto fronteiriço<sup>1</sup>

Regina Coeli Machado e Silva

Muitos dos que estão nos ouvindo talvez tenham visto pela televisão ou em jornais imagens da fronteira do Brasil com o Paraguai. Frequentemente essas imagens são acompanhadas da divulgação do fluxo intenso, aparentemente caótico e, às vezes, alucinante de pessoas, de carros, motos, ônibus e outros veículos de transporte próximos e sobre a Ponte da Amizade do rio Paraná que une e divide os dois países. No momento que escrevo (20 de junho de 2024) as imagens desse fluxo são transmitidas por 4 câmeras ao vivo: a primeira do fluxo no sentido Paraguai, a segunda no sentido Brasil e as duas últimas das Aduanas. Tais imagens são transmitidas 24 horas por dia pelo Portal da Cidade, um site de divulgação de informação de Foz do Iguaçu, cidade na fronteira brasileira. Juntamente com outras divulgações relativas à fronteira, conhecida por ser um lugar de atividades ilegais, contrabando e crimes, o mesmo Portal divulga na aba de notícias a operação da Polícia Federal e Militar do Paraná uma “vultosa apreensão de medicamentos e cigarros eletrônicos, avaliados em quase R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), carregamento feito por um grupo de pessoas com grande capacidade financeira e organizativa que usam outras pessoas físicas e jurídicas para transformar recursos ganhos em ativos legais” (PORTAL DA CIDADE, 2024). Em meio às outras notícias locais sobre turismo, saúde e política municipal, há mais duas notícias, acompanhadas com fotos: uma de apreensão de (eletrônicos) mercadorias descaminhadas no valor de R\$ 50 mil reais (pela Batalhão de Polícia da Fronteira) e a outra de apreensão de celulares, em operação conjunta da Polícia Federal e Receita Federal (PORTAL DA CIDADE, 2024).

Como podemos observar, as câmeras identificam os espaços como grandezas jurídico-políticas materializadas em entidades nacionais: Brasil e Paraguai. A mesmíssima identificação é feita pelos moradores fronteiriços que se referem ao trânsito de uma cidade a outra da fronteira por essas grandezas. Dizemos que vamos ao Paraguai e lá, vestidos da

---

<sup>1</sup>Elaborado para apresentação oral na 34ª Reunião Brasileira de Antropologia (2024), este texto retoma parcialmente dados etnográficos de pesquisas realizadas, em diferentes momentos, em duas escolas municipais de Foz do Iguaçu, na fronteira do Paraguai com o Brasil, desde 2012. Tais pesquisas são parte das minhas atividades como pesquisador produtividade do CNPq ( Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) e da Unioeste ( Universidade Estadual do Oeste do Paraná).

nossa nacionalidade desperta pela travessia, nos referimos a toda experiência além da Ponte como “lá no Brasil” (SILVA, 2013). Desde que mudei para Foz do Iguaçu, há mais de 30 anos, me relacionando, observando e em interação cotidiana nessa sociabilidade fronteiriça, a objetivação dessas grandezas não param de me surpreender. Contudo, no uso corriqueiro, essas mesmas grandezas parecem adquirir significados evasivos. Sempre ouvi histórias de pessoas com dificuldades financeiras ou que ficaram com o “nome sujo” no Serasa por compras a crédito no comércio local para terceiros que não podiam comprovar renda, pois “trabalhavam no Paraguai ou na Ponte”. Quando comecei minhas pesquisas em duas escolas públicas municipais, a menção feita vagamente pelos professores sobre os pais ou adultos com quem viviam as crianças trabalharem no Paraguai parecia, naquele contexto, o suficiente para entender e comunicar muito (Silva, 2015, 2016, 2021a, 2021b). Mesmo dizendo muito pouco, pareciam saber muito mais. Aos poucos fui compreendendo que havia uma diferença entre os que trabalhavam na Ponte ou no Paraguai, “passando” mercadorias, atividade que é vista como legítima, e os que eram trabalhavam nas lojas de Ciudad del Este. Como afirmou Taussig (1999), não ousar dizer o óbvio e, ao mesmo tempo, não estar apto para dizer alguma coisa é o mesmo que testemunhar o poder dessa coisa. E qual seria essa coisa? Essa coisa é o poder incorporado nas regulamentações jurídicas e morais inscritas na defesa das fronteiras nacionais e instituinte dos limites entre legalidade e ilegalidade.

Existem, portanto, dois significados interconectados para as grandezas nacionais nas relações fronteiriças: o exposto pelos jornais, que não deixa dúvidas quanto à atividade ilegal no contrabando e o associado ao trabalho na mesma fronteira. O primeiro parece inconteste na materialização da diferença entre ilegalidade e legalidade e, o segundo, ao contrário, é tanto opaco quanto mais dissimula sua grandeza. No primeiro se conjuga legalidade e ilegalidade e, no segundo, ilegalidade e legitimidade. A tensão e a interdependência entre esses dois significados, situados em planos diferentes, mas intrínsecos à manutenção dos limites do estado-nação, dão origem a um tipo de conhecimento social muito importante, especial, mas recorrente, próprio de quem vive na fronteira, que Taussig (1999) define como segredo público. O segredo público é um modo de conhecimento, de percepção e de agir da vida de todos que estão emaranhados nessa “liminaridade” entre estar dentro e fora das leis que asseguram os limites nacionais, em termos estatais (Silva e Campos, 2018). Tal forma paradoxal de conhecimento, que advém da violação da norma e dos quadros jurídicos e morais do estado-nação na perda de mercadorias (para os passageiros) e na apreensão das mercadorias (para os agentes de fiscalização), demanda uma contra-reação cujo resultado é

inscrever e instituir esse mesmo Estado justamente pela sua negação. Taussig denomina esse tipo de negatividade como um “labor do negativo”. Nesse emaranhado, a violação das normas é de conhecimento de todos. O fato de não poder ser explicitada testemunha, assim, o poder das regulamentações jurídicas e morais inscritas na defesa das fronteiras nacionais e instituinte dos limites entre legalidade e ilegalidade.

Entramos aqui no âmbito convencional do poder como um potencial e não como entidade mensurável, como ensinou Weber, 1999. É também o âmbito das problematizações analíticas que tematizam esse poder nas genealogias do estado, nas relações do estado com a violência, com a dominação, com a organização, com simbolizações e com a delimitação de seus limites em espaços territoriais. É aqui que também emerge o deslizamento das formas jurídicas estatais daqueles a quem elas deveriam “representar” como um problema sociológico geral do poder organizado e do direito. Esse problema, discutido em tradições analíticas de áreas específicas, é caracterizado como elegibilidade do Estado por Veena Das (2020), como ética da ilegalidade, por Roitman (2006), como mercadorias políticas, por Misse (2009), como Estados possíveis, por Renoldi (2021), e como fronteira como possibilidade, Dorfman, Filizola e Félix (2021). Uma das explicitações desse deslizamento enfoca as tensões entre estar fora e dentro da lei que pode deslizar para a ilegalidade não como um sinal invertido às leis do Estado, mas como um encontro cotidiano de formas paradoxais da presentificação dos estados-nações na sociabilidade fronteiriça. Tais formas paradoxais supõe uma transitividade entre o ilegal e o legítimo, entre o ilícito e o rotineiro nas quais leis e codificações circunscrevem as interações que excedem a oposição entre ilegalidade e legalidade. Foucault (1994) denomina essa transitividade com a noção de “gestão de ilegalismos”, pois os modos como as leis operam não coíbem ou suprimem os ilegalismos, mas diferencia-os internamente ao “riscar os limites de tolerância, dar terreno para alguns, fazer pressão sobre outros, excluir uma parte, tornar útil outra, neutralizar estes, tirar proveito daqueles” (FOUCAULT, 1994).

Vou focar as tensões instituintes do estado-nação circunscritas nos modos de existência fronteiriços observados e revividos em uma escola de ensino público fundamental, onde observei pela primeira vez as conversas por alusões de relance. Como quero mostrar a seguir, a escola não é um “mundo a parte” da sociabilidade fronteiriça. Nela compreendemos melhor que o segredo tem menos importância naquilo que oculta (afinal todo mundo sabe o que não deve saber) que naquilo que afirma: o pertencimento a um contexto jurídico, político e

institucional marcado por experiências paradoxais de (i)legalidade e legitimidade na fronteira do Estado-Nação brasileiro. Como forma institucional, a escola reiteira em suas práticas e saberes tanto a legalidade estatal por meio da forte presença da governabilidade dos programas educacionais nacionais quanto convive com formas de interação e engajamento advindas das injunções entre a legitimidade e a ilegalidade no bairro onde está situada. Ao incluir nesse engajamento transgressões toleradas e incorporadas, embaralham, invertem e revertem os significados e direções dos “ilegalismos” constitutivos no trabalho na fronteira.

Uma das formulações da existência desse segredo público em circulação foi explicitado para uma ex-aluna, psicóloga que fazia em atendimento terapêutico em posto de saúde municipal, na voz de uma criança reproduzindo o imperativo de sua avó: “tomar cuidado com o que falo” (Godoy, 2015). Silêncios, reticências e opacidade, bem como relações de cumplicidades, cooperação e confiança eram elementos que viabilizavam as relações iniciadas e mantidas em práticas escolares. Quando acompanhamos as crianças entre 11 e 13 anos em diversos períodos de pesquisa, essas formas de comunicação e de interação estavam nas conversas de todos e com crianças. Desenvolvemos com elas brincadeiras e atividades com desenhos e escritos sobre o cotidiano e assistimos um curta intitulado Bicitáxi<sup>2</sup>, sobre o transporte de mercadorias. Tais estratégias, que pareceriam óbvias por sua referencialidade (pois todos sabem o que não devem saber), foi, por sua própria obviedade, um dos meios de ver como as crianças interagem, observam, escutam, falam e não falam e aprendem a respeito do segredo público no qual participam.

Nas conversas, enquanto desenhava sobre os quatro momentos do dia, uma das meninas, a quem vou chamar de Olívia, desenhou sua ida à escola ou quando sai de casa em companhia dos avós e aqueles que ela encontra no caminho imersos em seus afazeres cotidianos. Na legenda, ela escreve: “as pessoas vendem CD e bala para comprar sua comida. Durante a conversa sobre esses afazeres ela diz que “o pai carrega caixa; a mãe é recicladora e passa mercadoria; o irmão e o tio trabalham no rádio (como “olheiros”). No mesmo desenho há a figura de um policial fora do enquadramento dos limites gráficos, não como uma pessoa fazendo algo ao lado ou junto uma das outras, mas como uma

---

<sup>2</sup> Esse curta metragem foi produzido por alunos e professores da graduação em Cinema, da Unila (Universidade Federal de Integração Latino-Americana). Foi vencedor do 1º Fast Forward Filmmaking Festival Brazil - Curta Iguassu, em 2012.

presença que não pertence ao lugar, externa: a polícia como corporificação de vigilância oficial.

O mesmo fazer está presente no desenho de outra criança: pessoas vendendo doces e brinquedos. Se no desenho de Olívia esses fazeres estão presentes em um lugar indeterminado justamente pelo excesso da presença, no de Luciano eles estão acontecendo na passarela da ponte entre os dois países. Em nenhum lugar Luciano identificou o lado direito do desenho como sendo Ciudad del Este/Paraguai e o esquerdo Foz do Iguaçu/Brasil. O lado esquerdo é precisamente o que lhes é familiar, a parte do bairro onde vive, conhecida como “Barranca”. Ele desenhou barcos sob a ponte com grandes caixas com mercadorias e o lado direito do rio, de uma das extremidades da ponte, como um “vazio”, sem nada. Ele enfatizou o lado esquerdo do desenho com a descrição “aqui é a barranca”. Nela figurava pessoas que mal enxergamos, quase ocultas, mas em diferentes posições e inseridas em movimentos de arbustos que Luciano mimetizou como ondas.

Do conjunto dos dados, vimos que as crianças expressam as atividades do transporte de mercadorias sobretudo como movimento e usam verbos para qualificá-las como “carregar”, “passar”, “puxar” e “guardar”. As ocupações possuem um vocabulário próprio, como “olheiro”, indicando a vigilância recíproca entre moradores e as forças repressoras do “contrabando”, “lancheiro”, que pilota barcos no rio, “barranqueiro”, que trabalha às margens no rio, “passeiro”, que transporta as mercadorias.

Em relação ao curta metragem, optamos por assistir com as crianças para motivar a conversa sobre o transporte de mercadorias. O argumento central do curta é o de ir e vir do bicitaxi por uma fronteira que identificamos, sem muito esforço: a Ponte da Amizade, o edifício onde está escrito Receita Federal no Brasil e uma placa de sinalização de trânsito indicando a direção para o Paraguai. As cenas iniciais focalizam o “bicitaxista” guiando sua bicicleta, em meio a um enxame de mototaxistas, com seus coletes amarelos transportando pessoas. O serviço de mototáxi é muito popular na fronteira, pela capacidade de driblar as longas filas de carros e ônibus que se formam para atravessar a ponte. A incessante circulação de pessoas, caminhando apressadas em meio aos carros, atravessando as ruas, carregando sacolas, atravessando a pé a ponte, também compõem o cenário.

Nesse movimento agitado e frenético de ir e vir, o ciclista do bicitáxi transporta, mas também é observador e participante das ações dos personagens, sobretudo quando estão em risco. Com o ponto de vista onisciente da narrativa visual, também participamos das idas e vindas de mais dois personagens. Um rapaz e uma jovem. De dentro de um carro, o rapaz entrega a ela uma sacola vermelha e diz: “se a casa cair, sou muito pior que a prisão”.

A cena final é a da jovem na garupa do bicitaxista, que a alerta sobre a presença da polícia à frente, parando a bicicleta. Imediatamente a jovem corre até a mureta da ponte e joga a sacola nas águas do rio. O bicitaxista observa um pouco distante as ações da jovem e depois volta até a mureta da ponte vendo o desaparecimento da sacola nas águas.

Quando começamos a conversar sobre o curta e perguntamos sobre algumas cenas, as próprias crianças pediram para vê-lo novamente. Depois das duas exposições estávamos diante de duas reinvenções do narrado no curta criadas pelas crianças. Na primeira, as suposições das crianças era de que o carro onde estava a jovem era um táxi, que a sacola dada a ela pelo rapaz continha “mercadoria” ou “dinheiro” e que a “correria” do bicitaxista era “movimentação”. Na segunda reinvenção, a “mercadoria” da sacola ganhou formas mais precisas, incluindo objetos de dois subconjuntos com significados do mesmo universo semântico do contrabando e do descaminho. Um é o das drogas ilícitas, como crack, maconha, pedra e, o outro, de aparelhos eletrônicos, como celular, computador, etc. O rapaz que entregou a mala à jovem foi identificado pelas crianças como um “patrão”, “meio patrão” e uma delas disse os dois personagens “tavam fazendo plano de traficar aquilo e mandar pra outro lugar”.

“Dinheiro” ou “mercadoria” são categorias comuns no contexto convencional da economia, do comércio, da regulamentação jurídica e fiscal na fronteira; a “mercadoria” é uma categoria social que, para as crianças, é objetivada como diferentes tipos de drogas e como produtos eletrônicos. A sacola também indica, como um índice, a mediação entre o “patrão” e aquele que transporta a mercadoria. O “patrão” é aquele que compra, mas não transporta as mercadorias, é aquele que, ao combinar o trabalho de “passar” as mercadorias, não se sabe ou se omite o nome. Finalmente, a sacola, como uma fixação dos significados aí interconectados, objetiva e condensa tanto a mediação entre “patrão” e “passero” quanto a sobreposição dos contextos articulados ao transporte ilegal (jurídico), mas legítimo (cotidiano), de mercadorias. Uma das crianças afirmou que a jovem, quando soube da polícia, jogou a sacola no rio “porque era maconha e ela ia ser

presa. Não tinha como ela se salvar”. Esse menino parece ter entendido a advertência de que, se "a casa caísse, seria pior que a prisão”. “Cair a casa” é ser pego pela polícia ou por agentes da aduana, mas também pode significar perder os meios de sustentar a própria existência. Também não duvidaram de que a sacola não era da moça. “Não é dela, disse um outro menino, continha “mercadoria do homem”, embora não soubessem ao certo o que tinha dentro.

O que aprendemos, assistindo ao curta e sobre ele conversando, é que as reinvenções da narrativa do curta pelas crianças revelam um saber comum aos adultos, propiciado pela intensidade de convívio e da proximidade de seus relacionamentos no bairro onde vivem. Esse saber é resultante da sobreposição de dois contextos: o contexto convencional dominante, jurídica e politicamente, em que o “trabalho” de transportar mercadorias, exercido pelos pais e adultos com quem elas vivem é ilegal e clandestino; e um contexto reconhecível e crível do cotidiano da vida desses adultos, em que esse mesmo trabalho é visto como "legítimo". Nessa sobreposição, reagem ao contexto dominante do qual é tanto antítese como síntese: concebem esse trabalho como sendo feito para os outros, “os patrões”, e o identificam como “passeiros” aqueles que passam mercadorias). “Passar” é um verbo transitivo, indicando, simultaneamente, passar de um lugar para outro e transpor limites, territoriais, jurídicos e significativos.

Como professores se inserem nessa circularidade de alteridades e como é a relação dessa escola considerando esse segredo público? Como se constrói uma pedagogia da fronteira? <sup>3</sup>Para uma das professoras entrevistadas, a escola não é neutra e nem um mundo à parte da fronteira. Nessa sobreposição, o lugar da Escola seria análogo, segundo ela, ao ideal da ONU porque, sendo parte indivisa dos contextos, é mediadora dos relacionamentos entre as crianças, adultos e professores e de todos os outros, dos que não transportam mercadorias e dos que corporificam as instituições com quem se relacionam. Sob essa imagem subjaz a ideia de um modo de agir, de pensar e de interconectar contextos contrastantes. Importante lembrar que a escola pública assume a realização ideal do estado nacional, dada a conversão da educação em função cívica com o advento dos estados nações. Assim, como qualquer outra, essa escola faz parte das políticas e programas e administração públicos e nela o Estado se presentifica sob a forma da governabilidade, com seus controles capilares da população.

---

<sup>3</sup> Esse tema da escola na fronteira foi desenvolvido no capítulo do livro intitulado Escola e educar na fronteira: atos do estado se (des)fazendo em seus limites (2021a)

As formas desse controle se materializam pelos registros de matrícula de cada aluno, sob a forma de programas para impedir evasão escolar, como o Bolsa Família, forma transversal de dar a assistência aos menores, às famílias e às mulheres. Tais programas atam a Escola ao controle indireto de diretrizes nacionais orientadas para o ideário de formar o cidadão e prepará-lo para a competitividade, expressa nas exigências da “qualidade” do ensino para atender indicadores do sistema de avaliação nacional. O Bolsa família, um tipo de gestão pública própria da governabilidade (Foucault, 2005) é constituído por níveis diferenciados do poder público compondo uma rede de instituições articuladas por cálculos, análises e procedimentos para o gerenciamento dos serviços e dos benefícios, visando controle e de regulação da população escolar e a suas famílias em todo o país. Nos dois programas (o sistema de avaliação e o Bolsa Família), a gestão pública vincula o nível nacional ao municipal (pela organização do ensino).

Em relação à obrigatoriedade do “ensino de qualidade” na Escola, diretora, supervisora, pedagogos e professores encarnam a autoridade simbólica explicitamente pela obediência ao mandato que vem da força instituída do Estado. Não só encarnam, mas se engajam ativamente, cumprindo as atividades de ensino exigidas e redobrando os esforços para aprendizagem dos alunos. Para contornar os baixos índices de avaliação, os professores faziam dois simulados, ministravam aulas específicas e aplicavam testes relativos aos conteúdos solicitados. Há outros programas como o Mais Educação no contraturno de modo a propiciar, por todos os meios, uma formação para atender aos critérios de avaliação da educação nacional.

A intensificação das atividades dos professores, da supervisora, da secretaria e da diretora da escola “pra saber se a escola evoluiu” e fazer um “trabalho com as crianças pra superar o que tava defasado”, como disse uma das professoras, explicita o inexprimível de uma intersecção que os agentes escolares mantêm lúcida e resistentemente: a de cumprir exigências contraditórias – a dos programas nacionais incorporados nos limites do Estado-nação (respondendo aos seus diversos controles) e a dos efeitos do modo de existência fronteiriço no cotidiano da Escola. Longe de produzir conflitos abertos com a gestão dos programas nacionais e produzir tensões em suas condutas profissionais, essas exigências contraditórias são vividas cotidiana e duradouramente por professores, pedagogos, supervisores e diretores na Escola. Primeiro, eles não ocultam aquilo que torna para eles paradoxal a tarefa de educar: mantêm as disposições de acatar, sem julgamento moral, o entendimento e as práticas que crianças,

pais e adultos têm como legítimas/ilegais, com a pretensão de fazer do acesso escolar um caminho para outras posições sociais ou simplesmente concluí-lo no nível fundamental. Segundo, sem refutar esse duplo compromisso imposto por essas exigências contrárias, interpretam-nas e as aceitam em sua coexistência; sobretudo porque o comprometimento, primeiro e permanente (embora não explicitado nesses termos), é com as interações singulares estabelecidas com um bairro onde “todo mundo é ilegal”. Outros professores expressam esse papel da escola como um ponto de referência importante pois a procuram como fonte de obtenção de informação para acesso a serviços de saúde, documentação e outros serviços na cidade.

Os professores veem o significado da sua atuação na Escola, para além do ensino, como “acolhimento”, “proteção” e “defesa” porque “se você não aceita o modo de vida dos adultos, puxar contrabando... indiretamente não acolhe a criança”, disse um professor em entrevista. Acolhimento é uma categoria definidora da relação com as crianças e se objetiva em expressões como “acompanhar de perto, vivendo os dramas” das crianças, que trazem o dia a dia da vida dos adultos com quem vivem no bairro. Nessas interações, os “dramas” vividos e trazidos pelas crianças são acolhidos, mas nunca revelados durante nossa conversa. Os professores falam daquilo que as crianças lhes contam de modo vago e impreciso, mencionando as perdas (de mercadorias), as dificuldades financeiras, a turbulência da intervenção e de perseguição policial na “comunidade”, as noites mal dormidas e a carência afetiva das crianças.

Como categoria definidora da relação dos professores com as crianças, acolhimento exige qualidades especiais para adaptar ao contexto escolar: “dar atenção”, ser “solidários” e se “identificar” com as crianças e com a “comunidade”. Tais qualidades são comuns aos professores mais antigos, que estão na Escola há mais tempo e são exigidas aos professores recém-chegados. Elas materializam uma forma de comunicação nas relações entre diretora, professores, supervisores, adultos e crianças feita de alusões, subterfúgios, atenção ao duplo sentido das conversas, no controle daquilo que se diz e se escuta, mas também na capacidade de calar-se. Essa forma de comunicação está na relutância em apresentar a ocupação dos moradores do Bairro, optando por apresentá-los como “autônomos” ou “empregados instáveis” (“laranjas”).

Congruente com essas qualidades, o ideal a ser atingido como professora é jamais “querer alcançar a perfeição”, porque é necessário “ter jogo de cintura” para articular as

exigências institucionais da Escola às necessidades trazidas pelas crianças em razão da sociabilidade fronteiriça. O que se espera dos professores é amparo as crianças em suas necessidades singulares, de modo a mantê-las na escola. Por isso, a diretora, os supervisores, os pedagogos e os professores assumem outra atividade complementar ao acolhimento, que é o “resgate”, categoria que significa recuperar, por meio de todos os esforços, as crianças que deixam de frequentar as aulas, mas também parece se remeter a significados menos tangíveis de retirá-las de uma situação de perigo, dano ou deriva. Os professores ou a diretora “vão atrás da criança na comunidade” quando deixam de ir à escola: “tem uns, como disse a supervisora, que já estão no mundo, já tão nesse mundo deles de “passar”, de “vender”. A gente não consegue resgatar mais”, “a gente perde mesmo, perdi 7 alunos, não consegui”. Essa professora falava de crianças com 8, 9, 10 anos de idade que “desistiram” da escola, por ela considerada uma derrota pessoal e inapelável. Outra professora enfatiza que a preocupação com a permanência das crianças na Escola. “Tem criança que tá indo bem na escola, aprende tudo e começa a faltar. Daí como fazer? Vai reprovar a criança por causa da falta? Nós não podemos. Evasão? Primeiro nós, na escola, fazemos essa parte de resgatar a criança, liga, manda bilhete, e quando a gente não consegue, aí nós encaminhamos pro conselho. Aí faz a ficha, leva pra secretaria, e a secretaria vai fazer o trabalho de resgate também independente de bolsa família ou não”.

Os professores também conversam com as crianças sem querer “entrar na vida particular”, “se intrometer de dar conselho como escola”. Citando o exemplo de um aluno, a professora disse: “Renato, você é inteligente, termina pelo menos o quinto ano, porque mais pra frente, você vai precisar do seu estudo. De repente agora não, mas, e depois? Não se envolva com coisa errada...”. Ela continuou dizendo que o encontrou fora da Escola e falou para voltar, terminar o quinto ano porque faltava pouco, e ele não foi. Ela diz que tenta avaliar alunos “no básico pra tentar não deixar ele desistir da escola e terminar um ciclo (...)

“Acolher as crianças” quando estão na escola e “resgatá-las” quando deixam de ir para a Escola expressam as contradições entre o desejável e o possível das práticas escolares dos professores e de suas relações com alunos, um empenho duplo e sem tréguas para articular demandas paradoxais entre as exigências nacionais e os efeitos trazidos na Escola pelo modo de vida fronteiriço. As imagens associadas a um “resgate” de crianças perdidas para as “coisas erradas”, para o “mundo deles de passar e vender” e para

quaisquer formas de vida fora de escola, bem como as imagens ligadas ao acolhimento, que resumindo é a aceitação incondicional e não valorativa dos “dramas” que as crianças “trazem no dia a dia”, nos diz de uma prática ambivalente e engajada dos professores, igualmente desdobrada no tempo experimentado coletivamente na escola.

A distribuição das crianças por idades nos horários de funcionamento escolar depende do ritmo das atividades dos pais e dos adultos. O período matutino é reservado aos alunos maiores, de terceiro ao quinto ano, porque podem ir à escola sozinhos. Os menores, do pré-escolar, da classe especial, do primeiro e segundo anos, estudam no período vespertino, porque necessitam de acompanhantes para organizar a rotina diária e levá-los até a escola. Segundo a diretora, essa foi a estratégia adotada para diminuir a evasão escolar. Os pais e/ou responsáveis trabalham nos períodos da tarde e da noite, depois que fecha o comércio em Ciuda del Leste. Esse ritmo define também as atividades pedagógicas. O professor tem de “saber dosar”, “entrar no ritmo deles”, “ter formas diferentes de ensinar e aprender e se adaptar ao contexto social e educativo”.

Resta mencionar a presença, na escola, de atos dos gestores que encarnam os regulamentos do monopólio estatal de arrecadação de imposto, que não se restringem à vigilância, à fiscalização e ao controle na aduana. São agentes da Receita Federal que distribuem material pedagógico para professores desenvolvidos pelo Programa Nacional de Educação Fiscal. Durante a pesquisa, encontrei duas revistas de história infanto-juvenil em quadrinhos a fim de promover a compreensão da função socioeconômica dos tributos. Na sala do quinto ano, havia uma terceira “revista educativa” e elaborada pelo Fórum Nacional contra a Pirataria e a Ilegalidade (FNCP, s/d), criada pelos representantes da indústria brasileira e da Receita Federal. Nas três revistas, os enredos e a linguagem dos quadrinhos visavam ensinar o que é e o que significa a arrecadação de imposto, a sonegação, o cupom fiscal e os gastos do governo, bem como enfatizar a importância da fiscalização e do controle. Uma das ilustrações da “revista educativa” é uma gruta escondida nas rochas atrás das quedas de águas das Cataratas, onde se veem caixas de brinquedos, óculos, telefone etc. e personagens irritados, sem nomes, cujo líder é caracterizado por trajes estilizados de um pirata. Na contracapa da revista, há a imagem de outro pirata, antecedida pela legenda: “Não existe pirata bonzinho!” (FNCP, s/d).

Esse programa direcionado às crianças se revela como um encontro ao mesmo tempo discrepante e apropriado. Discrepante em razão das atividades juridicamente

tipificadas como ilegais exercidas pelos pais e por adultos responsáveis pelas crianças na escola. Adequado, pois é um ato coerente com a presença das atividades de controle e fiscalização aduaneira.

Como espero ter mostrado, o segredo público como uma forma especial, porém comum, de conhecimento é operante e emerge na escola como um espaço inseparável do modo de vida daqueles que conjugam ilegalidade com legitimidade. Essa forma saber pela metade e nas entrelinhas é compartilhado por outras alteridades, presentes em todas as instituições fronteiriças, inclusive nas jurídicas, pois operadores do direito dizem que trata-se de um crime de pouca monta. A expressão “segredo público” é uma combinação de palavras com significados que parecem se excluir mutuamente, paroxismo que também explicita o trabalho do negativo. Para Taussig (1999) o trabalho do negativo é um suposto necessário da dialética entre ocultação e revelação. Por exemplo, todos os esforços são feitos na escola para ocultar o trabalho de transportar mercadorias, um conhecimento de todos que sabem o que não devem saber, mas a “descoberta” desse trabalho por agentes estatais (fiscais, polícias e outros agente aduaneiros), apreendendo as mercadorias, não causa surpresa, não destrói e nem põe um fim a essa atividade. Ao contrário, a revelação desse segredo público como “verdade”, como crime de contrabando ou descaminho, paradoxalmente fortalece e evidencia, na exposição da ilegalidade, na negação e na transgressão, justamente a presença e a materialidade do Estado onde ele não está e onde ele deve ser construído. Nunca presenciei atos de apreensão de mercadorias, mas a divulgação deles em jornais locais é feita sistemática e diariamente. Menciono o modo como é feita a montagem dos objetos apreendidos nas fotos, que tende a seguir estética de exposição análoga à entronização: as mercadorias são colocadas sobre uma mesa ou espaços demarcados em superfícies altas ou no chão quando são muitas. Também são expostas nos carros com capôs abertos. Nas fotos elas ocupam uma posição central, em bloco e empilhadas, normalmente empacotadas pelos “passeiros” ou em sacolas, como sabem as crianças, de modo a esconder o que transportam. Em volta das mercadorias, colocados acima e nas laterais, estão os emblemas daquelas instituições presentes na complexa sobreposição de instituições militares (forças armadas), policiais (polícias federais e estaduais) e civis (Receita Federal, aduana) que compõem a vigilância fronteiriça. A operação pode contar com uma ou mais dessas forças. Nos emblemas, além da simbolização gráfica que dá identidade visual às armas do Brasil, estão a descrição nominal de cada instituição. Não é possível saber em quais suportes os emblemas estão reproduzidos, mas as superfícies, quadradas ou redondas, tem visibilidade suficiente para autenticar e legitimar o

ato estatal. As fotos podem ser vistas como uma moldura que expõe e esconde a presença estatal. Os objetos apreendidos perdem seu fetichismo como mercadorias, ou melhor, são negados enquanto fetiches, como mostrou Marx. Todo o cenário busca tornar essas mercadorias em objetos ultrajantes, que devem ser retirados de circulação (se mercadorias) ou destruídas pelo fogo (drogas). Tal modo de exposição dá visibilidade à negação do estado e no mesmo movimento corporifica sua imaterialidade por meio das mercadorias expostas como uma afronta e dos emblemas distintivos que exalta e afirma sua presença. Assim, a tarefa e a força vital do segredo público são justamente a manutenção da zona limite na qual o segredo não é destruído por sua exposição, mas submetido a uma espécie de revelação muito diferente. A descoberta evidencia o caráter ficcional do estado-nação como totalidade autocontida em seus limites soberanos, homogêneo, como também a reificação da fronteira nacional como uma abstração social, abstração que produz, pelo controle e pela fiscalização de pessoas e coisas que a supõem, interferências muitas vezes dramáticas no cotidiano de pessoas. É a descoberta da fronteira estatal, por um lado como uma linha fictícia, uma ficção bem fundada que fixa os limites geo-políticos e jurídicos do estado-nação e por outro, construída pela “arbitrariedade” de processos classificatórios instáveis, embora tendamos a tomá-la como perenes pela “naturalização” ou autonomização que parece ganhar nas experiências coletivas. Nada explicita melhor a ideia de Bourdieu de que o poder simbólico do estado é sua aparência de natural, a despeito de ser um arbitrário cultural. É sob esse prisma que podemos entender a proposição desse autor da teoria de conhecimento sociológico como parte da teoria política. Isto é, se o poder simbólico é um poder invisível que só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou o exercem ; se é composto por relações de força constituintes, por relações de significado e de comunicação, estar submetido, ou não, depende de atos cognitivos. A dialética entre ocultação (saber o que não deve saber) e a revelação (a máxima visibilidade da ilegalidade) contida no segredo público explicita, portanto, tanto a experiência vivida na fronteira quanto o poder das reificações sociais. Se estudar fronteiras nacionais é um tema sociológico por excelência, é igualmente fundamental quando pensamos na profundidade dos efeitos que elas podem ter nas vidas das pessoas: alcançam desde a subjetividade pessoal no nascimento, são aprendidas no espaço escolar, consolidadas na emissão de documentos de identificação até inúmeros problemas coletivos como migrações e guerras. Também interferem diretamente nas formas de relacionamento e no enfrentamento de problemas globais, como a gestão ambiental e de epidemias, com vimos como a Covid 19 (Silva e Dorfman, 2021).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DAS, Veena. **Life and Words**. Violence and the descent into the ordinary. Berkeley: University of California Press, 2007.

DONNAN, Hastings; WILSON, Thomas M. **Borders: frontiers of identity**. Nation and State. Oxford/New Work: Berg, 1999.

DORFMAN, Adriana; FÉLIX, Julian M.; FILIZOLA, Roberto (Orgs.). **Ensinado Fronteiras: projetos estatais, representações sociais e interculturalidade**. Porto Alegre: Letra1; Diadorim, 2021.

FOUCAULT, Michel. **Dits et écrits**. Paris: Gallimar, 1994.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

GODOY, Marisa Elizabete Cassaro. **Ser criança em uma escola pública do lado brasileiro da fronteira Brasil/Paraguai: dos feixes atando pontes**. 2015. 218 f. Dissertação (Mestrado em Sociedade, Cultura e Fronteiras) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Foz do Iguaçu, 2015.

MISSE, Michel. Trocas ilícitas e mercadorias políticas, para uma interpretação de trocas ilícitas e moralmente reprováveis cuja abrangência no Brasil nos causam incômodos também teóricos. **Anuário Antropológico/2009 – 2**, p. 89-107, 2010.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO. **Escola Municipal**. Educação Infantil e Ensino Fundamental. Foz do Iguaçu, 2012.

RENOLDI, Brígida. Estados posibles: travesías, ilegalismos y controles en la Triple Frontera. **Etnográfica**, v. 19, n. 3, 2015. Disponível em: <http://etnografica.revues.org/4049>. Acesso em: 6 ago. 2021.

ROITMAN, Janet. The Ethics of Illegality in the Chad Basin. *In*: COMAROFF, Jean; COMAROFF, John (Dirs.). **Law and Disorder in the Postcolony**. University of Chicago Press, 2006.

SILVA, Regina Coeli Machado e. Vidas, Nações e Estados se fazendo nas fronteiras entre Brasil, Paraguai, Argentina. **Revista Ideação**, Foz do Iguaçu, v. 15, n. 2, p. 10-32, 2º semestre de 2013.

SILVA, Regina Coeli Machado e. O Estado-Nação se (des)fazendo no cotidiano vivido em uma escola de fronteira Brasil, Argentina e Paraguai. *In*: ENADIR – ENCONTRO

NACIONAL DE ANTROPOLOGIA DO DIREITO, 4., 25 a 28 ago. 2015. **Anais** [...]. Disponível em: [http://www.enadir2015.sinteseeventos.com.br/simposio/view?ID\\_SIMPOSIO=17](http://www.enadir2015.sinteseeventos.com.br/simposio/view?ID_SIMPOSIO=17). Acesso em: 10 fev. 2015.

SILVA, Regina Coeli Machado e. Do Ipê Roxo na Cidade Nova: experiência etnográfica e aprendizagem situada. **Etnográfica**, v. 20, n. 1, p. 119-142, 2016. DOI: <https://doi.org/10.4000/etnografica.4225>. Disponível em: <http://journals.openedition.org/etnografica/4225>. Acesso em: 5 ago. 2021.

SILVA, Regina Coeli Machado e. “A mala não é dela”: saber das crianças em contexto escolar de fronteira. **Magis, Revista Internacional de Investigación en Educación**, v. 14, p. 1-33, 2021a. DOI: 10.11144/Javeriana.m14.mned. Disponível em: <https://revistas.javeriana.edu.co/index.php/MAGIS/article/view/26444>. Acesso em: 5 ago. 2021.

SILVA, Regina Coeli Machado e. Escola e educar na fronteira: atos do estado se (des)fazendo em seus limites. In: DORFMAN, Adriana; FÉLIX, Julian M.; FILIZOLA, Roberto (Orgs.). **Ensinado Fronteiras: projetos estatais, representações sociais e interculturalidade**. Porto Alegre: Letra1; Diadorim, 2021b.

SILVA, Regina Coeli Machado e; CAMPOS, Maria José. Políticas do segredo: incursões etnográficas no campo da (i)legalidade fiscal. **Revista Ambivalências**, v. 6, n. 12, p. 19-46, 2018a. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/Ambivalencias/article/view/10055>. Acesso em: 6 ago. 2021.

SILVA, Regina Coeli Machado e; DORFMAN, Adriana. Border Control (Brazil, Paraguay, Argentina) and Local Inventiveness in Times of COVID-19. **Borders in Globalization Review**, v. 2, n. 1, p. 94-99, fall/winter 2020b. (Published by the University of Victoria in Canada, ISSN 2562-9913). Disponível em: <https://journals.uvic.ca/index.php/bigreview/issue/view/1487>. Acesso em: 5 ago. 2021.

TAUSSIG, Michael. **Defacement: public secrecy and the labor of the negative**. Stanford: Stanford University Press, 1999.

TELLES, Vera da Silva. Nas dobras do legal e ilegal: ilegalismos e jogos de poder nas tramas da cidade. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 2, n. 5-6, p. 97-126, jul./ago./set./out./nov./dez. 2010b.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. 2. Vol. Brasília: Editora da UnB, 1999.

Polícia Militar apreende mercadorias descaminhadas avaliadas em R\$ 50 mil. **Portal da Cidade**. Foz do Iguaçu, 21 de junho de 2024. Disponível em: <https://foz.portaldacidade.com/noticias/policial/policia-militar-apreende-mercadorias-descaminhadas-avaliadas-em-r-50-mil-0044>. Acesso em 08 jul 2024.

Policial militar é alvo da Polícia Federal por contrabando e descaminho. **Portal da Cidade**. Foz do Iguaçu, 21 de junho de 2024. Disponível em: <https://foz.portaldacidade.com/noticias/policial/policia-militar-apreende-mercadorias-descaminhadas-avaliadas-em-r-50-mil-0044>. Acesso em 08 jul 2024.

Bicitaxi. Equipe Lamparina. YouTube, 2012. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=EkubGoGEtmU>. Acesso em: 08 jul, 2024.